



Bem viver e agroecologia: da emergência epistêmica à práxis descolonial

Well living and agroecology: between epistemic emergency and decolonial praxis.

BRANDÃO, Jefferson Duarte¹; DELLAI, William²

¹Mestrando em Educação do Campo – UFRB, jdbecosistemico@hotmail.com; ²Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar - UNILA, wddellai@gmail.com

Tema Gerador: Memórias e História da Agroecologia

Resumo

O presente trabalho busca apontar elementos de aproximação e desafios de duas perspectivas epistêmicas em emergência principalmente nos últimos anos na América Latina, o Bem Viver e a Agroecologia. Para realizar tal desafio os autores buscaram aprofundar em uma leitura crítica das bibliografias e debates produzidos tanto pelo campo científico, quanto pela perspectiva dos movimentos sociais atuantes na Bolívia, Brasil e Equador. As análises realizadas ao longo da pesquisa partiram da revisão bibliográfica e pesquisa participante a partir da abordagem descolonial. O texto aponta aspectos estruturantes para a consolidação de uma relação não colonizadora entre sociedade e natureza como elemento fundamental para a construção de territórios do Bem Viver.

Palavras-chave: América Latina; Natureza; Cosmovisão; Autonomia dos Povos.

Abstract

This article intends to show elements of similarities and challenges of Agroecology and Well Living in Latin America, two epistemic perspectives of emergency mainly in recent years. To accomplish this challenge, the authors sought to deepen a critical reading of the bibliographies and debates produced both by the scientific community and the perspective off de social movements in Bolivia, Brazil and Ecuador. The analysis carried out during the research started from the bibliographic review and participant research from the decolonial approach. The text points out structuring aspects for the consolidation of a non-colonizing relationship between society and nature as a fundamental element for the construction of Territories of Well Living.

Keywords: Latin America; Nature; Cosmovation; People's Autonomy.

Introdução

A ação humana sobre o ambiente em escala global e especialmente nos últimos 100 anos há gerado diversas consequências negativas ao ponto de constituir-se atualmente em uma crise global de proporções multidimensionais (financeira, energética, demográfica, ecológica, climática, política...) com impactos catastróficos sobre a população humana (fome, pobreza, insegurança alimentar, inundações, secas) ameaçando a existência da vida no planeta (alteração dos ciclos biogeoquímicos, erosões dos solos e desertificações, extinção de espécies, descongelamento glacial, etc.).



Boa parte da crítica a estes acontecimentos atribui como causas determinantes o próprio modelo de desenvolvimento concebido desde uma perspectiva colonial de poder e domínio sobre a natureza tratando esta como mera fornecedora de recursos. O paradigma ocidental, hegemônico na sociedade parte de uma concepção histórica que usa como retórica um modelo ancorado nos discursos de “desenvolvimento” e “progresso”, no entanto, fundamenta-se no pensamento cartesiano, quantitativo, extrativista e reducionista onde se explora a natureza para acumular excedentes, mercantilizar a vida apoderando-se dos meios de produção em busca do lucro. Esta visão de mundo antropocêntrica surge durante o renascimento científico na Europa, posicionando o homem como dominador da natureza, que utiliza seus bens naturais desde uma premissa falaciosa que objetiva exclusivamente à acumulação através de relações sociais individualistas, excludentes, que são predominantes até a contemporaneidade.

Dentro desse Contexto, apresentam-se duas perspectivas que querem propor com conhecimentos originais uma mudança de paradigma frente à compreensão capitalista de desenvolvimento e que, apesar de adquirirem visibilidade recente, estão presentes a várias décadas de forma medular na crítica sobre a economia global e nas práticas de movimentos sociais que confluem na geração de respostas para superar os atuais modelos de produção predatórios no continente latino americano.

A primeira refere-se à Agroecologia como contra-movimento presente desde a década de setenta em oposição às políticas de modernização agrícola (Branderburg, 2002, p. 1-2) logo concebida como um paradigma emergente conceituado como enfoque científico (Caporal e Costabeber, 2002, p. 16), uma ciência ou um conjunto de conhecimentos (Caporal; Costabeber; Paulus, 2009, p. 16-27) que recebe aporte de diversas disciplinas científicas para “apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e agricultura mais sustentáveis”, aplicando conceitos e princípios agronômicos e ecológicos no redesenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis (Gliessman, 2009, p. 17-27; Altieri, 2004, p. 23-27). Segundo Wezel et al. *apud* Toledo (2012, p. 38), a Agroecologia há passado de ser uma disciplina científica de aparência alternativa, para transformar-se, ademais, em prática emergente e tecnologicamente inovadora e logo em seguida em um movimento social, cultural e político.

Para a Comunidade Andina, foco integrante deste trabalho, a Agroecologia é compreendida como:



La ciencia que estudia la estructura y función de los agroecosistemas desde el punto de vista de sus relaciones eco-lógicas y culturales. En su dimensión política la agroecología es considerada como un instrumento de cambio social, por lo que deja de ser un fin en sí misma, para convertirse en una estrategia para alcanzar ese bien mayor, cual es el de la transformación de las sociedades no sólo rurales sino también urbanas. Sociedades basadas en la autodeterminación de los pueblos que crean relaciones sociales y comerciales justas y equitativas (CAN, 2011, p. 5).

A segunda noção vem sendo construída desde uma perspectiva inovadora no pensamento social acadêmico e assenta suas bases epistêmicas no mundo indígena latino americano. Trata-se do conceito de *Bien Vivir* que embora presente com aspectos similares na cultura dos povos originários desde a América Central até países da América do Sul, teve sua incorporação nas Constituições do Equador (Sumak Kawsay – buen vivir) e Bolívia (Suma Qamaña – vivir bien), o que representa um aspecto inovador, especificamente no caso equatoriano, que reconhece e institucionaliza o entendimento da natureza como portadora de direitos.

Segundo Houtart (2011, p. 2), estes câmbios políticos são respostas à oposição anti-neoliberal que se arrasta desde os anos 90 e de oposição à crise múltipla e sistêmica, que para o autor são provocadas pelo esgotamento do sistema capitalista. Tanto os substantivos *Sumak Kawsay* como o *Suma Qamaña* representam a força de como as lutas sociais indígenas ganham visibilidade capaz de se traduzirem em mudanças constitucionais.

Ambos os conceitos estão em constante construção, sendo que seus significados remetem a compreensão de uma relação/reintegração harmoniosa com a natureza, de respeito com a vida, com a espiritualidade humana, com a proteção da cultura e biodiversidade, “responsabilidade social e compromisso ético” com a vida e o planeta (Dávalos, 2010, p. 6). Para Gudynas (2011) *apud* Houtart, (2011, p. 3), “*la noción del ‘Buen vivir’ es una crítica al modelo actual de desarrollo y una llamada a construir una calidad de vida incluyendo tanto a las personas como a la naturaleza*”.

Metodologia

Ao longo do trabalho utilizamos a abordagem epistemológica descolonial que segundo Lander (2005, p. 15) é um pensamento que faz uma crítica radical a colonialidade do poder e do saber oriunda do pensamento ocidental eurocêntrico. Também como fruto do acompanhamento de um conjunto de seminários e debates protagonizados por movimentos sociais que buscam aproximar a construção do saber e do fazer agroeco-



lógico à noção do bem viver. Lançamos mão da pesquisa participante que busca dialogar com “experiências tais como são vividas e pensadas pelas pessoas com quem inter-atuamos”, (Brandão e Borges, 2007, p. 54).

Resultados e discussão

Tanto no caso Equatoriano como no Contexto boliviano o “Bien Vivir” é apresentado nas Cartas Magnas como fundamentos orientadores destes Estados Plurinacionais. As propostas para sua concretização e reorientação das funções do Estado encontram-se nos Planos Nacionais de Desenvolvimento; estes incorporam no Equador o “Plan Nacional para El Buen Vivir” 2009-2013; 2013-2017; na Bolívia o “Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia Digna, Soberana, Democrática y Productiva para la construcción del Vivir Bien” 2006-2011; 2016-2020, sendo as bases para a implementação de políticas públicas conduzidas sobre os princípios de igualdade e justiça colocando o Estado como agente centralizador e promotor fundamental da economia. Entretanto, ao longo dos anos, evidencia-se em ambos países as dificuldades do Estado em promover políticas de desenvolvimento que na prática se diferencie dos modelos econômicos convencionais (Aguiar e Carvalho, 2014, p. 27-29).

Enquanto no Equador avança a exploração petrolífera em territórios indígenas (Yasuni); a proposta de liberar a extração mineral que ameaça a contaminação dos recursos hídricos (ex: luta pela água em Kimsacocha); a criminalização das manifestações e dos movimentos sociais. Na Bolívia, os povos indígenas enfrentam pressões sobre seus territórios como no caso do projeto vial que atravessaria a reserva TIPNIS, e que está dentro do Contexto da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e no aprofundamento da exploração de hidrocarbonetos (Estermann, 2012, p.164-167).

Estas realidades indicam as contradições entre as propostas reais do *Sumak Kawsay/ Suma Qamaña* e o padrão de desenvolvimento dependente do extrativismo que termina por violar ambas Constituições. Como bem nos lembra Davalos (2011) apud Salazar (2016, p. 255); a inclusão do conceito de Bien Vivir no marco legal – Equador e Bolívia - não implica necessariamente uma mudança nos padrões de acumulação capitalista, nem transformam substancialmente as relações de poder, apenas os incorporam no discurso, faltando a sua concretização na prática política.

No Brasil, estamos percebendo que a emergência da concepção de bem viver, tem sido construída exclusivamente pelos setores organizados dos movimentos sociais, principalmente a partir das articulações protagonizadas pelos povos e comunidades tradicionais. Até o momento dessa pesquisa não conseguimos evidenciar nenhuma



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL



legislação ou plano de ação público regulamentado pelo Estado que cite o bem viver como perspectiva ou princípio da política pública. Por outro lado, cada vez mais ganha força a noção de bem viver apropriada e adaptada às múltiplas realidades das nações indígenas brasileiras, comunidades ribeirinhas, camponesas e de matrizes africanas. Nas universidades brasileiras o tema está ainda em caráter embrionário, observando-se pontualmente na elaboração de alguns poucos trabalhos acadêmicos ou como conteúdo abordado em algumas disciplinas. Nos últimos anos observamos a realização de alguns eventos sobre Agroecologia de caráter nacional e regional debatendo o Bem Viver como tema central para outro modo de vida, apesar disso as políticas institucionais no máximo citam a Agroecologia como uma “alternativa” para os setores da agricultura familiar e das comunidades tradicionais.

Conclusão

Diante das discussões ao longo do trabalho, notamos que para avançar na consolidação de políticas e pesquisas alicerçadas na Agroecologia e no bem viver, se faz necessário o enfoque na soberania alimentar, nas agriculturas de base sócio-ecológicas, nas expressões da ancestralidade e no reconhecimento na natureza como um sistema vivo e complexo portador de direitos. Compreendemos que estes são alguns dos princípios estratégicos indispensáveis na construção da autonomia dos campesinatos e das comunidades e povos tradicionais que usufruem da terra como bem comum.

Podemos observar uma tendência ao diálogo estratégico entre os paradigmas do bem viver e da Agroecologia, que por sua vez estimulam à crítica e a hegemonia do pensamento único. Os aportes indicados por estas categorias descoloniais apontam caminhos para a construção de um outro saber científico e de uma outra matriz econômica, nos apresentando a possibilidade de uma práxis política que reconheça o processo histórico de cada povo, onde os mesmos possam ter soberania sobre os seus territórios, possibilitando um compartilhamento social do patrimônio biocultural pautado na co-evolução natureza – sociedade.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, J. D. N.; CARVALHO, S. Extrativismo Mineiro, Estado e Governos na Bolívia e Equador. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 2, n.1, 20-31, 2014.
- ALTIERI, M. A. *Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL



BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação. *Revista Educação Popular*. v.6, 2007.

BRANDERBURG, A. Movimento Agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, nº 6, pp. 11-28, jul/dez 2002.

CAPORAL, F. R. (Org); COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. *Revista: Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável* 3, nº 2 (abr/junh 2002).

CAPORAL, F. R. (Org); COSTABEBER, J. A; PAULUS, J. Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Brasília, 2009.

COUNIDAD ANDINA. Agricultura Familiar Agroecológica Campesina en la Comunidad Andina: Una opción para mejorar la seguridad alimentaria y conservar la biodiversidad. Perú, 2011.

DÁVALOS, P. Sumak Kawsay: uma forma alternativa de resistência e mobilização. São Leopoldo; *in* Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, 23 de Agosto de 2010.

ESTERMANN, J. Crisis civilizatoria y Vivir Bien: Una crítica filosófica del modelo capitalista desde el allin kawsay/suma qamaña andino. *Revista de la Universidad Bolivariana*, Volumen 11, Nº 33, p. 149-174, 2012.

GLIESSMANN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 2009.

HOUTART, F. El concepto de sumak kausai (buen vivir) y su correspondencia con el bien común de la humanidad. ALAI, América Latina en Movimiento, 2011.

LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SALAZAR, A. R. Teoría y práctica del buen vivir: orígenes, debates conceptuales y conflictos sociales. El caso de Ecuador. Universidad del País Vasco, 2016.

TOLEDO, V. M. La Agroecologia en Latino-América: Tres Revoluciones, una misma transformación. *Agroecologia*, nº 6 (2012):p. 37-46.